

Os prejuízos pedagógicos e sociais causados por aprovações imerecidas de alunos do ensino fundamental I

The pedagogical and social losses caused by undeserved approvals of elementary school students I

Idevandro Ricardo Colares dos Santos

Especialista em Gestão Pública aplicada à Segurança pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Especialista em Direito Penal e Processo Penal, pela UNINORTE. Pós-Graduando em Docência do Ensino Superior e Gestão, Supervisão e Orientação Escolar pela Faculdade IDAAM – AM. Bacharel em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Bacharel em Direito pela Universidade Nilton Lins. Atualmente é Major QOPM da Polícia Militar do Estado do Amazonas.

Ailton Luiz dos Santos

Mestrando em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Especialista em Gestão Pública aplicada à Segurança pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Especialista em Direito Administrativo pela Faculdade FOCUS. Especialista em Ciências Jurídicas pela Universidade Cidade de São Paulo (UNICID). Bacharel em Direito pela Universidade Cidade de São Paulo (UNICID). Bacharel em Segurança Pública pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Especialista em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Candido Mendes (UCAM). É autor e organizador de livros técnicos e acadêmicos. Atualmente é Major QOPM da Polícia Militar do Estado do Amazonas.

DOI: 10.47573/aya.5379.2.96.14

RESUMO

A educação brasileira realizada nas escolas deve ser tratada com muita seriedade, pois, do contrário, as consequências podem ser irreversíveis. Este pensamento deveria perdurar, mas, o que se viu outrora foi um comportamento diferente, em que os alunos não se preocupavam mais em estudar para passar de ano, pois o Estado começou a fazer isso sem a necessidade de dedicação aos estudos. O método de pesquisa utilizado foi o dedutivo, quanto aos meios utilizar-se-á da pesquisa bibliográfica e quanto aos fins, a pesquisa será qualitativa, buscando demonstrar os prejuízos pedagógicos e sociais causados quando um aluno é aprovado por força estatal, apenas para cumprir uma meta de governo, sem a preocupação com o verdadeiro aprendizado. Contudo, a pesquisa não se limitou somente aos problemas causados, mas traz também uma possível solução, pois, constatou-se que reprovar não é a melhor solução. Conforme Ramal (2014), pior que reprovar o aluno, é aprova-lo sem os mínimos conhecimentos adquiridos, pois isso implica em futuros problemas de ordem escolar e social. Por sua vez, COC (2000), apresenta algumas ideias objetivando evitar a reprovação, passando pelo aperfeiçoamento contínuo dos próprios métodos de ensino da escola, visando a acompanhar o aluno durante o seu aprendizado. Conclui-se que, certamente, a aprovação eficaz do aluno não é uma missão apenas do professor, mas é uma missão triangular em que de um lado está o professor, em outro lado está o aluno e na base do triângulo está a família. Além disso, como solução, foi apresentado um sistema de diagnóstico pedagógico, em que o aluno com dificuldades passará triagem psicopedagógica, recebendo inclusive aulas de reforça escolar para que possa alcançar o objetivo primordial, a saber, aprovação com qualidade.

Palavras-chave: aprovação. educação. prejuízos. qualidade. reprovação.

ABSTRACT

Brazilian education carried out in schools must be treated very seriously, otherwise the consequences may be irreversible. This thought should persist, but what was seen in the past was a different behavior, in which students were no longer concerned with studying to pass the year, as the State began to do this without the need for dedication to studies. The research method used was deductive, as for the means, bibliographic research will be used and as for the purposes, the research will be qualitative, seeking to demonstrate the pedagogical and social losses caused when a student is approved by state force, only to fulfill a government goal, without concern for true learning. However, the research was not limited only to the problems caused, but also brings a possible solution, as it was found that failing is not the best solution. According to Ramal (2014), worse than failing a student is to pass him or her without the minimum acquired knowledge, as this implies future school and social problems. In turn, COC (2000), presents some ideas aiming to avoid failure, passing through the continuous improvement of the school's own teaching methods, aiming to accompany the student during his learning. It is concluded that, certainly, the effective approval of the student is not just a mission of the teacher, but it is a triangular mission in which the teacher is on one side, the student on the other and the family is at the base of the triangle. In addition, as a solution, a pedagogical diagnosis system was presented, in which the student with difficulties will undergo psychopedagogical screening, even receiving school reinforcement classes so that he can achieve the primary objective, namely, approval with quality.

Keywords: Approval; Education; losses; Quality; disapproval.

INTRODUÇÃO

O art. 22 da Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, afirma que a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. (BRASIL, 1996). Observa-se que há três objetivos elencados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e um destes é fornecer meios aos alunos para que progridam no trabalho e em estudos posteriores.

Porém, nota-se que existem prejuízos pedagógicos e sociais causados por aprovações imerecidas de alunos do Ensino Fundamental I.

Dito tudo isso, indaga-se a seguinte problemática: como o aluno vai conseguir um trabalho digno ou como vai progredir nos estudos quando está sendo aprovado para séries subsequentes sem conhecimento?

A primeira consequência destas aprovações imerecidas é sentida ainda na vida escolar, pois o aluno que passou sem merecer, continuará sofrendo sem entender o conteúdo e os professores sofrerão mais ainda, pois não conseguirão avançar com a matéria quando o aluno não sabe o básico. Ramal (2014) afirma que “reprovar não é solução, mas aprovar quem não aprendeu é pior”. Afirma ainda que a fragilidade no Ideb, que cruza números de aprovação com desempenho. Não adianta ter todos os estudantes nos anos finais da escola, se eles não conseguem responder às questões das provas. É isso o que vem acontecendo nas últimas medições: alta aprovação, mas baixo rendimento. (RAMAL, 2014).

A LDB afirma que fornece meios aos alunos para que progridam no trabalho, contudo, alunos que são aprovados sem conhecimento de conteúdo não conseguem concluir o Ensino Médio com eficácia, quiçá frequentar um curso superior e sem Diploma, o desemprego é iminente. UNA (2020) salienta que “as chances de que um trabalhador com nível superior completo continue empregado é de 95,3%. Entretanto, esse percentual cai para 87,4% quando se analisa os profissionais com Ensino Fundamental completo e Ensino Médio incompleto”.

Através da pesquisa bibliográfica, nota-se que reprovar pode não ser a solução, mas aprovar alunos para séries subsequentes é muito pior, tanto para a vida acadêmica, como para a vida social do aluno.

Em suma, são estas as ideias mais importantes que serão destacadas nesta pesquisa. Perante as suas prováveis limitações, espera-se que sejam pelo menos úteis ao fomento do estudo do tema que lhe cabe, contribuindo para que o hábito da leitura se efetive com melhor qualidade adiante.

ESCOLA E CONSTITUIÇÃO DA CIDADANIA

Garcia (2018), ensina que a educação pública como espaço de formação intelectual e cidadã começa, de fato, no processo de redemocratização do Brasil, com a Constituição de 1988, que prevê a educação enquanto “direito de todos e dever do Estado e da família, onde será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL,

1988).

Segundo Zizemer (2006), em se tratando de leis educacionais, uma LDB (Lei de Diretrizes e Bases) trata dos princípios que regem a educação nacional e do planejamento educacional para o país, caracterizando-se por seguir filosófica e doutrinariamente o que define a Constituição. Ela estabelece os rumos que deverá tomar a educação no país.

Conforme Brasil (1997), quando a escola toma para si o objetivo de formar cidadãos capazes de atuar com competência e dignidade na sociedade, está buscando eleger, como objeto de ensino, conteúdos que estejam em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico, cuja aprendizagem e assimilação são as consideradas essenciais para que os alunos possam exercer seus direitos e deveres, porém, é crucial que a escola garanta um conjunto de práticas planejadas com o propósito de contribuir para que os alunos se apropriem dos conteúdos de maneira crítica e construtiva.

Serrano e Santos (2013) afirmam que “a escola é o lugar onde a criança deverá encontrar os meios de se prepara para realizar seus projetos de vida, a qualidade de ensino é, portanto, condição necessária tanto na sua formação intelectual quanto moral, sem formação de qualidade a criança poderá ver seus projetos frustrados no futuro”.

Papel da escola é socializar o conhecimento seu dever é atuar na formação moral dos alunos, é essa soma de esforço que promove o pleno desenvolvimento o individuo como cidadão. A escola é o lugar onde a criança deverá encontrar os meios de se prepara para realizar seus projetos de vida, a qualidade de ensino é, portanto, condição necessária tanto na sua formação intelectual quanto moral, sem formação de qualidade a criança poderá ver seus projetos frustrados no futuro. (SERRANO, 2013)

Zambon e Araújo (2014) argumentam que existem muitas dúvidas sobre como garantir que a cidadania seja efetivamente praticada no ambiente escolar, levando em consideração as inúmeras transformações ocorridas ao longo dos anos, a sua função social mudou de acordo com o momento histórico da sociedade. Segundo as autoras, é importante refletir sobre a cidadania na escola, pois, entende-se que tal instituição continua sendo um espaço privilegiado de trocas de saberes e vivências mesmo tendo passado por inúmeras transformações.

Os comentários acima fortalecem a visão de que os alunos precisam estar preparados para enfrentarem a sociedade e essa preparação vem com o aprendizado em sala de aula, contudo, encarar os desafios sociais sem uma boa base curricular, torna a missão mais difícil ou praticamente utópica.

Avaliação no ensino fundamental I

Drumond (2021) ensina que as provas são reconhecidas como um dos principais instrumentos para a verificação da aprendizagem, mas que as avaliações no Ensino Fundamental também devem observar o desenvolvimento de habilidades e competências. Conforme Brasil (1997), a avaliação é deve ser o elemento favorecedor da melhoria de qualidade da aprendizagem, agindo como parte integrante e instrumento de auto-regulação do processo de ensino e aprendizagem, para que os objetivos propostos sejam atingidos.

A avaliação é considerada como elemento favorecedor da melhoria de qualidade da aprendizagem, deixando de funcionar como arma contra o aluno. É assumida como parte integrante e instrumento de auto-regulação do processo de ensino e aprendizagem, para que os objetivos propostos sejam atingidos. A avaliação diz respeito não só ao aluno, mas

também ao professor e ao próprio sistema escolar. Construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para melhorar o desempenho. (BRASIL, 1997)

Brasil (1997) defende que a “concepção de avaliação dos Parâmetros Curriculares Nacionais vai além da visão tradicional, que focaliza o controle externo do aluno mediante notas ou conceitos, para ser compreendida como parte integrante e intrínseca ao processo educacional e que não se restringi ao julgamento sobre sucessos ou fracassos do aluno”. Porém, atualmente, a única forma de avaliar o sucesso dos alunos é mediante as notas e isto é comprovado por Amazonas (2020), que aborda a discussão dos critérios de aprovação e reprovação dos estudantes.

A avaliação do rendimento escolar será realizada levando em consideração os aspectos de aproveitamento dos estudos e da frequência, ambos reprovativos por si mesmos. O estudante com baixo rendimento escolar que obteve resultado inferior a 60% (sessenta por cento) dos pontos, ou seja, 6,0 (seis) pontos, deverá ser submetido a estudos de recuperação e avaliações paralelas. (AMAZONAS, 2020, p. 33)

Brasil (1997) afirma que “Assim, as notas, conceitos, boletins, recuperações, aprovações, reprovações, diplomas, etc., fazem parte das decisões que o professor deve tomar em seu dia-a-dia para responder à necessidade de um testemunho oficial e social do aproveitamento do aluno”.

Andrade *et al.* (2015) afirmam que a escola brasileira tem sido produtora de fracassos escolares. Por isso, é fundamental estimular os educadores a discussões sobre o compromisso de manter na escola um aluno, motivado para a aquisição dos novos saberes, e assim promover a aprovação.

A avaliação da aprendizagem no ensino fundamental não deve seguir modelos ou haver mecanismos seletivos nem classificatórios. A escola deve oportunizar ao aluno uma educação básica de qualidade para que todos os cidadãos tenham acesso aos conhecimentos necessários. Dessa forma, a seleção constitui-se como um ato de violência e a negação de seus direitos. É comum a atribuição de notas ou menções nas avaliações dos alunos. Esta prática muitas vezes tem representado um problema e vem se agravando causando recuos no processo ensino-aprendizagem. Pode-se dizer que através da análise, sobre o processo de avaliação da aprendizagem dos alunos é possível promover mudanças de acordo com a realidade, levando sempre em consideração as habilidades e competências de cada um. (ANDRADE *et al.*, 2015)

Por sua vez, Marin (2010) assevera que a avaliação é um processo complexo, que abrange diferentes aspectos e dimensões da educação escolar, cada qual com suas especificidades. Segundo a autora, avaliam-se alunos, professores, equipes técnicas, currículos, disciplinas e programas, escolas, redes de ensino de municípios, estados, regiões e países. “Uma vez que todos esses aspectos e dimensões são entrelaçados, ao avaliar o alunado, são revelados muitos outros pontos que impedem, limitam ou ajudam o trabalho diário de alunos e professores, o que permite obter informações sobre a totalidade do trabalho educativo”. (MARIN, 2010)

De acordo com Santos (2008), a avaliação na escola crítica e criativa deve ser um meio e não uma finalidade, constituindo-se num dos pontos vitais da prática pedagógica do professor. Na visão da autora, a avaliação deve refletir os princípios filosóficos, políticos, sociológicos e pedagógicos que orientam a relação educativa com vistas ao crescimento e ao desenvolvimento do aluno em sua totalidade.

OS PREJUÍZOS PEDAGÓGICOS CAUSADOS POR APROVAÇÕES IMERECIDAS DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I

A partir desde item, foram verificados os prejuízos pedagógicos enfrentados por professores e alunos, ocasionados pelas aprovações imerecidas, conceituada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação como progressão continuada. Calçade (2018), assevera que “a proposta visa enfrentar a situação de enormes contingentes de alunos reprovados ao final do ano”. Cotidiano (2014), explica que ao final da gestão do Presidente FHC, “cerca de 98% das crianças de 7 a 14 anos estavam matriculadas, mas 60% das que concluíam a 4ª série não sabiam ler”. O mesmo autor argumenta que o sistema de ciclos substituiu as séries tradicionais e, com isso, só poderia haver reprovações ao final de duas, três ou quatro séries. Foi considerado um avanço por garantir a permanência e o aprendizado, mas foi enfático ao afirmar que “é visto como tentativa de mascarar a repetência”. (COTIDIANO, 2004).

Calçade, (2018) afirma que a progressão continuada é uma estratégia educacional para organizar o aprendizado em blocos contínuos e evitar altas taxas de repetência e suas consequências no atraso e evasão escolar. A autora cita também a insatisfação de pais e professores sobre as aprovações continuadas, citando uma pesquisa realizada pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), em 2017:

90% dos pais de estudantes matriculados na rede eram contrários à progressão continuada. Além deles, 78% dos estudantes e 87% dos professores tinham a mesma opinião. Diante dessa realidade, professores afirmam que se sentem desrespeitados ao serem pressionados a não reprovar, e gestores afirmam que, por sua vez, se sentem acuados pelas secretarias para mostrar resultados. (CALÇADE, 2018).

Porém, segundo Calçade (2018), apesar do alto índice de aprovação, a análise do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) na rede estadual de São Paulo, mostra que apenas 27% dos estudantes têm aprendizagem adequada em Português e 12% em Matemática ao fim do 9º ano.

Os alunos estão avançando, progredindo para séries posteriores sem o conhecimento básico, estão sendo empurrados e levarão esse problema para as séries posteriores. Foreque e Fajardo (2018), afirmam que “sete de cada dez alunos do 3º ano do ensino médio têm nível insuficiente em português e matemática. Entre os estudantes desta etapa de ensino, menos de 4% têm conhecimento adequado nestas disciplinas”. Estadão Conteúdo (2021) demonstra através de uma avaliação nacional, que 95% dos estudantes terminam a escola pública no País sem o conhecimento esperado de Matemática. Avaliações internacionais, como o Pisa, também mostram o Brasil entre as piores colocações em Matemática, com desempenho pior do que em Leitura. Em 2019, o ensino médio teve alta de 0,4 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), passando de 3,8 para 4,2, mas ainda abaixo da meta estipulada pelo governo federal. O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é um processo de avaliação em larga escala realizado periodicamente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), para medir a aprendizagem dos alunos ao fim de cada etapa de ensino: ao 5º e 9º anos do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio.

Pela primeira vez, o MEC classificou os níveis de proficiência que estão organizados em uma escala de 0 a 9 - quanto menor o número, pior o resultado. Níveis de 0 a 3 são considerados insuficientes; entre 4 e 6 os alunos têm nível de conhecimento básico; e a partir de 7 até 9, adequado. Etapa mais problemática da educação básica, o ensino médio foi

classificado no nível 2 de proficiência. Em matemática, 71,67% dos alunos têm nível insuficiente de aprendizado. Desses, 23% estão no nível 0, o mais baixo da escala de proficiência. Em português, 70,88% dos alunos têm nível insuficiente de aprendizado, sendo que 23,9% estão no nível zero, o mais baixo. (FOREQUE E FAJARDO, 2018)

A frustração faz parte da vida do ser humano. Como o aluno vai saber que precisa melhorar se não tem frustrações acadêmicas, se é aprovado para não sofrer. Ferrari (2019) concorda com a retórica quando afirma que uma criança despreparada para suportar frustrações pode se transformar em um adulto que desenvolve crises emocionais por razões ínfimas ou que se sente constantemente insatisfeito.

Segundo Meireles (2016, p. 7) o antigo sistema seriado foi sendo substituído por um novo sistema de ensino que tinha como objetivo o modelo de progressão continuada, mas o que de fato foi implantado, não passou de uma tentativa pragmática de dar respostas às estatísticas alarmantes do sistema educacional brasileiro, pois muitos dos pré-requisitos necessários para efetivação desta política pública de acesso e permanência não foram respeitados e o que se efetivou foi um modelo de aprovação automática.

Santos (2008) considera alarmante a situação das escolas brasileiras. Conforme seu entendimento, os alunos passam de série em série, mas se encontram no fracasso da leitura e escrita ou não são capazes de entender o que leu. Conclui que isto é preocupante, pois na maioria das situações pouco se faz para sanar este problema de analfabetismo nas escolas.

PREJUÍZOS SOCIAIS CAUSADOS POR APROVAÇÕES IMERECIDAS

Neste ponto serão explanados os prejuízos sociais enfrentados por alunos que outrora cursaram o ensino básico e foram promovidos sem o conhecimento básico, simplesmente para evitar reprovação.

Catho (2021) afirma que “as características complexas do português, somadas ao sistema de educação falho que temos, resultam em adultos que cometem erros de escrita e fala por falta de conhecimento e que, por consequência, são prejudicados no mercado de trabalho, isso foi o que mostrou uma pesquisa feita pela Catho”. Ainda segundo Catho (2021), os erros de português deixam de fora dos processos seletivos os candidatos que os cometem, sendo o critério tão exigido pelos recrutadores quanto a própria experiência profissional.

Segundo um levantamento feito pela Catho, para 34% dos recrutadores que participaram da pesquisa, os erros de português são o principal critério para eliminar um candidato. Para eles, esses erros podem representar falta de conhecimento da língua e ausência de atenção na hora da construção verbal de seu currículo. Ainda de acordo com a pesquisa, um recrutador recebe em média de 30 a 50 currículos por vaga. Desses, de 5 a 10 candidatos chegam a passar para a etapa de entrevistas. Dentro de um cenário concorrido, onde o número de candidatos é maior do que o número de vagas oferecidas, é fundamental que não seja eliminado na competência mais importante do processo, a linguagem. (CATHO, 2018).

Conforme pesquisa de Redação (2015), um em cada seis, de 25 a 24 anos, não possui habilidades consideradas essenciais para se desenvolver na sociedade atual, como domínio de conteúdos de matemática e de língua materna esperados para alguém que conclui o ensino médio. Quando a autora aborda a importância entre os estudos e a empregabilidade, a taxa média de desemprego é de 5,3%, entre as pessoas de 25 a 64 anos de idade. Por seu turno, os que não concluíram o ensino médio a taxa sobe para 13,7%.

Segundo Redação (2015) *apud* Schleicher (2015), ter um em cada seis adultos jovens que chegam à vida adulta sem qualificações é um grande risco para o mercado de trabalho e para a sociedade.

Além de atrapalhar a vida acadêmica, os erros de português prejudicam os candidatos na hora de conseguir uma colocação no mercado de trabalho, porque os erros ortográficos também atrapalham na hora de conseguir um emprego. Nas áreas de coordenação ou de atendimento ao público, por exemplo, as empresas de seleção reprovam os candidatos que não sabem escrever bem. (MOTTA, 2010, p. 3)

Motta (2015), continua sua abordagem explicando que ao se promover a qualidade da educação, as portas do futuro são abertas para aqueles que participaram dela, contudo, quando se depara com insucessos, os alunos são condenados ao fracasso, pois não serão aprovados em vestibulares ou concursos ou até mesmo em testes de emprego. O autor é mais rigoroso em sua abordagem quando diz que não se pode fazer experiências com a educação, pois dela dependem vidas. E na sua visão, o Governo está preocupado com estatísticas, promove educação para todos, facilitando a conclusão dos estudos, desde a educação básica até os cursos universitários sem a qualidade necessária, mas apenas aprovando para alcançar as metas, restringe aos mais ricos as melhores chances, as melhores posições no mercado de trabalho, pois estes podem estudar em escolas particulares ou fazer cursos extras. Enquanto aos pobres, quando não desistem nas séries iniciais, esbarram em obstáculos intransponíveis que a falta de base a eles se impõe, provocando assim a permanência da diferença de classes sociais, cada vez mais acentuada.

SOLUÇÕES PARA EVITAR APROVAÇÕES IMERECIDAS

Segundo Brasil (1997), a repetência deve ser um recurso extremo; deve ser estudada caso a caso, no momento que mais se adequar a cada aluno, para que esteja de fato a serviço da escolaridade com sucesso.

Países com alta qualidade de ensino encontraram alternativas que funcionam melhor e de forma preventiva, como, por exemplo, aulas de reforço ao longo do ano. Na Finlândia, os professores são orientados a dedicar mais tempo aos alunos que têm mais dificuldades. Resultado: a taxa de reprovação é de 2% e o índice de conclusão da educação básica é de 99,7%. Em Hong Kong, quando um professor tem mais de 3% dos alunos com baixo desempenho, uma comissão vai avaliar o trabalho do docente. (RAMAL, 2020).

Nesse contexto, fica a dúvida sobre o que fazer. Se aprovar sem conhecimento é ineficiente, reprovar também é. Esse mecanismo ineficaz, no entanto, precisa ser substituído por outras ações. Prova Fácil (2019), afirma que os professores devem aprimorar a oferta de atividades complementares e buscar constantemente por aulas mais atrativas, utilizando diferentes tecnologias e abordagens, objetivando consolidar a estrutura de aprendizagem e fortalecer o ensino, pensando em alunos que têm os mais diversos perfis. Neste sentido, apresenta algumas alternativas:

Turmas flexíveis: são criadas turmas diferenciadas. Os alunos são separados de acordo com sua necessidade de aprendizado;

Monitoria professor-aluno: consiste na presença do docente em horário alternativo para explicar os conteúdos difíceis ou nos quais o aluno tem dúvidas;

Monitoria aluno-aluno: utiliza os próprios estudantes, que ajudam os outros educandos. Os primeiros são de salas avançadas ou até da mesma turma, desde que apresentem

desempenho superior à média.(PROVA FÁCIL, 2019).

Pezzoni (2018) apresenta um relatório da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, indicando políticas nacionais básicas de apoio a pais de bebês e crianças pequenas no período mais crítico de seu desenvolvimento, com dois anos de educação pré-primária gratuita, pausa para amamentação no trabalho para as novas mães nos primeiros seis meses e licença parental adequada. Segundo Pezzone (2018) *apud* Ferreira (2017), “o indicador que mais influencia o rendimento escolar é a educação e a escolarização da mãe”. Assim, explica que, se existem mães mais educadas e mais encorajadas a estudar, é natural que tenham mais crianças mais capazes de se inserir na escola, de se envolver e de evoluir na escola.

COC (2000), apresenta algumas ideias objetivando evitar a reprovação, passando pelo aperfeiçoamento contínuo dos próprios métodos de ensino da escola, visando a acompanhar o aluno durante o seu aprendizado. Assim, de forma inicial, COC (2000), instrui que se deve investigar se o estudante está enfrentando problemas e dificuldades em sua vida pessoal e desta forma, definir o que pode ser feito dentro de casa para corrigir as notas baixas e elevar os resultados. O autor vai além e apresenta a estratégia de um sistema de plantão de dúvidas, em que ofereça horários nos espaços da instituição para que os alunos tenham contato mais próximo com os professores para a resolução de exercícios ou uma nova explicação sobre determinado assunto.

METODOLOGIA

A referente pesquisa procurou realizar uma revisão bibliográfica selecionando os artigos mais relevantes ao objetivo. A pesquisa de caráter qualitativa buscou descrever e elencar as principais discussões, conceitos e históricos do tema, principalmente para evidenciar o mapeamento e de discutir certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento sobre a questão da progressão continuada e aprovação automática, buscando selecionar as bibliografias mais relevantes para o tema e os autores de maior importância. Lima e Miotto (2007) afirmam que “trabalhar com a pesquisa bibliográfica significa realizar um movimento incansável de apreensão dos objetivos, de observância das etapas, de leitura, de questionamentos e de interlocução crítica com o material bibliográfico, e que isso exige vigilância epistemológica”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática que estimulou essa pesquisa foi a de verificar como o aluno vai conseguir um trabalho digno ou como vai progredir nos estudos quando está sendo aprovado para séries subsequentes sem conhecimento?

Os objetivos da pesquisa foram cumpridos, uma vez que se apresentou uma análise das diversas fontes que corroboram com a necessidade de uma mudança brusca no cenário educacional, pois, desde 1996, com as diversas aprovações imerecidas, apenas maquiando os números visando um retorno financeiro para a escola, tentando demonstrar que a educação melhorou. Contudo, foi demonstrado que tais aprovações, conceituadas como progressão parcial, trouxe muitos problemas pedagógicos e sociais para aluno, para a escola e, conseqüentemente,

para o País, como um todo.

É importante salientar que tal pesquisa não defendeu a reprovação como regra a ser seguida, mas como o último ato, pois, para se evitar aprovar com prejuízos e reprovar causando mais prejuízos, é necessário realizar um diagnóstico precoce do aluno que está com dificuldade pedagógica e, juntamente, com a sua família, trabalhar para diminuir ou até sanar suas dificuldades em relação ao assunto proposto em sala de aula.

Neste sentido, foi verificado que existem experiências em outros países que não adotam a progressão parcial como solução para a qualidade na educação, mas também, utilizam a reprovação como última consequência, pois, demonstraram que é possível diagnosticar a falha e trabalhar sobre ela, possibilitando ao aluno um caminho melhor para vencer este desafio, muito melhor que atestar sua aprovação imerecidamente, pois, tal ato, apenas empurrará o problema para um futuro próximo.

Conforme Unibanco (2017) a aprovação eficaz é aquela que visa assegurar que todos os alunos aprendam, de modo que nenhum “fique para trás”. Segundo o autor, este deve ser o norte de uma gestão comprometida com a qualidade e equidade da educação.

Nesse sentido, ações para reduzir os índices de reprovação da escola são fundamentais. A implementação de programas de reforço no contraturno e de monitoria são estratégias comuns em escolas que visam reduzir a reprovação e costumam apresentar bons resultados ao oferecer apoio extra e individualizado aos alunos com dificuldades. (UNIBANCO, 2017).

Assim, o caminho para evitar aprovações imerecidas e realmente aprovar alunos cientes do aprendizado é ensinado por Mazzioni (2006), que em seu estudo verificou que a maioria dos alunos consideram a resolução de exercícios como o tipo de aula mais eficaz para seu aprendizado. Desta forma, o professor deve perceber a melhor forma de aprendizado de seus alunos e não somente lançar conteúdos para cumprirem o plano de aula.

Pellegrini (2003) vai além ao esclarecer que o professor deixa de ser aquele que passa as informações para virar quem, numa parceria com crianças e adolescentes, prepara todos para que elaborem seu conhecimento. A autora explica que a estratégia é que, em vez de despejar conteúdos em frente à classe, o professor deve agora pautar seu trabalho no jeito de fazer a garotada desenvolver formas de aplicar esse conhecimento no dia-a-dia.

Assim, verifica-se que, se o professor conhecer seus alunos e trabalhar a melhor forma para o aprendizado, usando a metodologia que achar mais adequada para atingir tal objetivo, com certeza, terá alunos aprovados e não terá que utilizar a progressão parcial. Todavia, tal missão não é somente do professor, mas, principalmente da família, pois deve estar ao lado da escola para entender a dificuldade dos filhos e fiscalizar os estudos, entendendo que “aula dada é aula estudada hoje”. (PIAZZI, 2012).

Desta forma, o caminho para se aprender o que foi passado em sala de aula e obter sua aprovação merecida, o aluno deve estudar a matéria que foi ministrada em sala de aula no mesmo dia, pois isto é uma forma de aprender de forma de aprender de forma indelével. “Aprender a escrever o cérebro” (PIAZZI, 2012).

Conclui-se que, certamente, a aprovação eficaz do aluno não é uma missão apenas do professor, mas é uma missão triangular em que de um lado está o professor, em outro lado está

o aluno e na base do triângulo está a família. Esta, tem o papel mais importante na formação do aluno, pois, segundo Pulzi (2020), um filho sem fiscalização, é um filho sem responsabilidades, então, para haver compromisso com uma aprovação qualitativa, o caminho é uma aula com metodologia para o aluno entender, que este aluno pratique o que aprendeu no mesmo dia, sob a fiscalização dos pais.

Em suma, são estes os resultados gerais deste estudo. Ante as suas prováveis limitações, espera-se que sejam úteis no fomento de estudo do tema, contribuindo para o entendimento apropriado dos seus pormenores mais relevantes em outros estudos posteriores.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, J. A *et al.* O PROCESSO DE AVALIAÇÃO NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: uma contribuição à prática diagnóstica e formativa do educador/avaliador. Congresso Nacional de Educação, 2015. Disponível em https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2015/TRABALHO_EV045_MD1_SA5_ID4221_26082015152146.pdf. Acessado em 21 de abril de 2022.
- BRASIL, 1988. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acessado em 21 de abril de 2022.
- BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acessado em 13 de janeiro de 2022.
- CALÇADE, Paula. Existe aprovação automática nas escolas do Brasil? Não, o que existe é a progressão continuada, que prevê a evolução dos alunos com base em ciclos de aprendizado, 11 de novembro de 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/13225/existe-aprovacao-automatica-nas-escolas-do-brasil>. Acessado em 05 de abril de 2022.
- COC. Como prevenir a reprovação na sua escola, 2020. Disponível em: <https://www.coc.com.br/blog/souescola/para-a-escola/como-prevenir-a-reprovacao-na-sua-escola>. Acessado em 05 de abril de 2022.
- CATHO Comunicação. Erros de Português te deixam fora do mercado. Disponível em: <https://www.catho.com.br/carreira-sucesso/dicas/erros-de-portugues-te-deixam-fora-do-mercado-segundo-levantamento-catho/>. Acessado em 05 de abril de 2022.
- COTIDIANO. Sistema de ciclos serve para melhorar estatísticas, mas elimina o controle da qualidade do ensino público. São Paulo, sábado, 03 de abril de 2004. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0304200408.htm>. Acessado em 14 de janeiro de 2022.
- DRUMOND, Kelly. Como a BNCC orienta a avaliação no Ensino Fundamental. Disponível em: <https://www.sistemamaxi.com.br/bncc-e-a-avaliacao-no-ensino-fundamental/>?. Acessado em 05 de abril de 2022.
- ESTADÃO Conteúdo. 95% dos alunos saem do ensino médio sem conhecimento adequado em matemática, publicado em 24/02/2021. Disponível em: <https://exame.com/brasil/95-dos-alunos-saem-do-ensino-medio-sem-conhecimento-adequado-em-matematica/>. Acessado em 05 de abril de 2022.

FAJARDO, Vanessa e FOREQUE, Flavia. 7 de cada 10 alunos do ensino médio têm nível insuficiente em português e matemática, diz MEC, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/08/30/7-de-cada-10-alunos-do-ensino-medio-tem-nivel-insuficiente-em-portugues-e-matematica-diz-mec.ghtml>. Acessado em 05 de abril de 2022.

FERRARI, Juliana Spinelli. “Frustração”; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/psicologia/frustracao.htm>. Acesso em 14 de janeiro de 2022.

GARCIA, Cecília. Constituição de 88 e a construção da escola democrática. Disponível em <https://educacaointegral.org.br/reportagens/constituicao-de-88-e-a-construcao-da-escola-democratica/>. Acessado em 21 de abril de 2022.

LIMA, Telma Cristiane Sasso. MIOTO, Regina Célia Tamaso. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2007. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Disponível em :<https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/?lang=pt&format=pdf>. Acessado em 24 de março de 2022.

MARIN, Alda Junqueira. AVALIAÇÃO NAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL: FOCALIZANDO O TRABALHO DOCENTE. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7172-3-8-avaliacao-escolas-ensino-alda-junqueira/file>. Acessado em 21 de abril de 2022.

MAZZIONI, S. As estratégias utilizadas no processo de ensino-aprendizagem: concepções de alunos e professores de ciências contábeis. Chapecó, Unochapecó, 2006.

MEIRELLES, Nicolas de Oliveira. Políticas educacionais brasileiras: a Progressão Continuada e o mito de permanência. Curso de Ciências Sociais Campus Viçosa – MG Dezembro/2016. <https://www.novoscursos.ufv.br/graduacao/ufv/cso/www/wp-content/uploads/2019/03/Pol%c3%adticas-Educacionais-Brasileiras-a-progress%c3%a3o-continuada-e-o-mito-de-perman%c3%aancia.pdf>. Acessado em 24 de março de 2022.

MOTA, Íride Luiza de Oliveira Murari. DIFICULDADES NA ESCRITA DOS ALUNOS DE ENSINO SUPERIOR: uma análise das narrativas escritas dos alunos da Faculdade Eduvale, 2010. Disponível em: http://eduvalesl.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/LSGowDfu5iUfJnK_2015-12-18-21-48-8.pdf. Acessado em 24 de março de 2022.

PEZZOZI, Carolina. Como Portugal elevou sua educação às melhores do mundo: Pouco dinheiro, muito empenho, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45806314>. Acessado em 05 de abril de 2022.

PIAZZI, Pierluigi. Aula dada, aula estudada, hoje. 2019. Disponível em <https://www.direita.tv/pierluigi-piazzi-aula-dada-estudada/>. Acessado em 21 de abril de 2022.

PROVA Fácil. Estratégias para combater a reprovação escolar, 2019. <https://www.provafacilnaweb.com.br/blog/reprovacao-escolar/?gclid=CjwKCAjwrfCRBhAXEiwAnkmKmTBltbe6Xf>. Disponível em: [_vR2epp-lktc0bioWKT-MWIW0xSGJozd_e7Z56D8pZyhoCOZ0QAvD_BwE](https://www.provafacilnaweb.com.br/_vR2epp-lktc0bioWKT-MWIW0xSGJozd_e7Z56D8pZyhoCOZ0QAvD_BwE). Acessado em 05 de abril de 2022.

PULZI, Wagner. Educação: responsabilidade dos pais. Centro do Professorado Paulista, 2020. Disponível em <https://www.cpp.org.br/informacao/ponto-vista/item/15640-educacao-responsabilidade-dos-pais>. Acessado em 21 de abril de 2022.

RAMAL, Andrea. Reprovar não é solução, mas aprovar quem não aprendeu é pior. Disponível em <http://g1.globo.com/educacao/blog/andrea-ramal/post/reprovar-nao-e-solucao-mas-aprovar-quem-nao-aprendeu-e-pior.html>. Acessado em 14 de janeiro de 2022.

REDAÇÃO. Baixa escolaridade triplica chance de desemprego. 2015. <https://veja.abril.com.br/educacao/baixa-escolaridade-triplica-chance-de-desemprego-diz-ocde>. Acessado em 25 de março de 2022.

SANTOS, Geni Serrano. SERRANO, Olivia. O PAPEL DA ESCOLA NA FORMAÇÃO DO CIDADÃO – Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/o-papel-escola-na-formacao-cidadao>. Acessado em 05 de abril de 2022.

SANTOS, Elisângela Maria da Costa. A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL. Universidade Cândido Mendes. Brasília, 2008. Disponível em http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/posdistancia/36142.pdf. Acessado em 21 de abril de 2022.

UNA. Educação e empregabilidade: entenda a relação entre ambos. Disponível em <https://www.una.br/blog/educacao-e-empregabilidade-entenda-a-relacao-entre-ambos/>. Acessado em 14 de janeiro de 2022.

UNIBANCO, Instituto. Reprovação não contribui para a aprendizagem, 2017. <https://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/32/>. Acessado em 21 de abril de 2022.

ZIZEMER, JOSEIDA SCHÜTT A construção da cidadania na escola pública: avanços e dificuldades, 2006. Disponível em http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Pedagogia2/joseidazizemer.pdf. Acessado em 21 de abril de 2022.

ZAMBON, Francielle Barrinuevo. ARAUJO, Francieli. CIDADANIA EM CONTEXTO ESCOLAR: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS. Disponível em <http://www.uel.br/eventos/jornadadidatica/pages/arquivos/III%20Jornada%20de%20Didatica%20-%20Desafios%20para%20a%20Docencia%20e%20II%20Seminario%20de%20Pesquisa%20do%20CEMAD/CIDADANIA%20EM%20CONTEXTO%20ESCOLAR.pdf>. Acessado em 21 de abril de 2022.